DECOLONIALIDADE E DESINTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL: uma síntese teórica preliminar

William Gledson e Silva [1]

DOI: https://doi.org/10.36113/rec.v8i2.4425

Resumo: Este artigo teve o objetivo de investigar a relação teórica dos conceitos de colonialidade do poder, saber, ser e gênero diante dos aportes da deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa ligada à desintegração internacional, constituindo um esboço de modelo analítico. Metodologicamente, usou-se uma revisão de literatura acerca dos elementos conceituais centrais do estudo na tentativa da construção de uma síntese capaz de esclarecer lacunas importantes aqui ressaltadas. Os resultados mostraram haver pertinência teórica dos fundamentos da colonialidade do poder, saber, ser e gênero diante das perspectivas da deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa, onde as características eurocêntricas, os hiatos tecnológicos internacionalmente, as assimetrias globais culturalmente e a própria ligação do poder político e econômico mundialmente decorrentes dos aspectos culturais revelaram a adequada vinculação dos distintos modelos aqui considerados.

Palavras-chave: Colonialidades do Poder, Saber, Ser e Gênero. Causação Circular e Acumulativa. Deterioração dos Termos de Troca.

DECOLONIALITY AND INTERNATIONAL ECONOMIC DISINTEGRATION: a preliminary theoretical synthesis

Abstract: This paper aimed to investigate the theoretical relationship between the concepts of coloniality of power, knowledge, being, and gender in light of the contributions of the deterioration of terms of trade and cumulative and circular causation linked to international disintegration, constituting a draft of an analytical model. Methodologically, a literature review was conducted on the central conceptual elements of the study in an attempt to construct a synthesis capable of clarifying important gaps highlighted here. The results showed theoretical relevance of the foundations of coloniality of power, knowledge, being, and gender in relation to the perspectives of the deterioration of terms of trade and cumulative and circular causation, where Eurocentric characteristics, international technological gaps, global cultural

[1] Pós-Doutorado em Ciências Sociais (UFRN), Doutorado em Ciências Sociais (UFRN), Mestrado em Economia (UFRN), Graduação em Ciências Econômicas e em Ciências Sociais (UFRN). Docente do Departamento de Economia da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN – Campus Avançado de Assu). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0552-202X. E-mail: williangledson@gmail.com.

Recebido em: 26/08/2024
Aceito em: 29/10/2024

asymmetries, and the very connection of global political and economic power arising from cultural aspects revealed the appropriate linkage of the distinct models considered here.

Keywords: Power, Knowledge, Being and Gender Coloniality. Cumulative and Circular Causation. Deterioration of Terms of Trade.

JEL Codes:. A12.

1 INTRODUÇÃO

Um dos destaques presentes na literatura sociológica, política e econômica, via de regra, perpassa pela existência de diferenciações enquanto categorias significativas no campo da análise dos agentes/atores constantes em dado corte espacial, remontando haver, necessariamente, uma preocupação em discutir elementos demarcadores das denominadas distinções, seja entre grupos sociais e políticos, sejam países ou regiões, etc.

Quijano (2005), por sua vez, apresenta na circunscrição conceitual da colonialidade do poder a ideia de que o denominado eurocentrismo envolve a imposição cultural do branco perante os povos não brancos, sinalizando ocorrer um hiato comportamental demasiado representativo na América Latina, região essa sujeita ao contexto de subordinação colonial proveniente do processo histórico das grandes navegações europeias.

Assim, Lugones (2020) mostra existir diferenças acentuadas em termos dos grupos tribais latino-americanos e povos europeus, onde as características sociais sinalizam notáveis assimetrias comportamentais na maneira de organização social, a exemplo do protagonismo de gênero, exercício do poder no interior das sociedades, dentre outros.

A autora supracitada reconstitui, a rigor, uma característica social dos povos tribais da zona latino-americana precedente a chegada europeia, exprimindo haver comportamentos similares entre homens e mulheres e até mesmo uma uniformidade na distribuição das tarefas em termos da não divisão sexual do trabalho, demonstrando marcações sociais bastante diversas frente ao quadro europeu.

A colonialidade de gênero reproduz um contorno de recepção cultural na América Latina diante das imposições de além-mar, acentuando corresponder a uma institucionalização social de aspectos não vivenciados na região supracitada e incorporado o *habitus* herdado do mundo europeu, significando no ponto fundamental presente neste esboço investigativo.

Leia-se em Bourdieu (2009), precisamente, que *habitus* diz respeito ao conjunto de experiências determinadas e engendradas na sociedade, a exemplo do povo europeu marcado pelas características de divisão sexual do trabalho, onde a mulher é subordinada ao homem, especialmente pelo panorama religioso cristão demarcador do continente antes apontado nas percepções de Max Weber e Gunnar Myrdal destacados por Silva, Machado e Ferreira (2021).

De maneira mais clara, faz-se premente admitir que o *habitus* corresponde a um conceito capaz de esmiuçar nuances sociais, políticas e econômicas demarcadoras das diferenças entre Europa e América Latina especialmente, quer dizer, o denominado eurocentrismo exerce uma imposição cultural diante dos povos do chamado novo-mundo, cuja colonização se torna o fator

central para haver a incorporação local dos costumes do homem branco cristão na região por nativos com comportamentos completamente diversos aos europeus.

Mignolo (2005) exibe uma ideia interessante de eurocentrismo dentro de uma espécie de globocentrismo, onde o autor procura explicitar que na denominada aldeia global existe várias divisões representativas culturais, ainda que se admita discursos de unidade, diferentemente, há forte fratura entre os povos, acentuando ocorrer notáveis distinções nas diversas áreas do globo e, consequentemente, *habitus* completamente assimétricos.

O argumento busca ressaltar, na verdade, que os esforços totalizantes globais provenientes da tentativa de união dos mercados não alcançam sucesso no tocante a uma uniformidade cultural, contrariamente, as resistências das culturas locais são prementes e o desenvolvimento da economia capitalista e suas especificidades de mercado geram, no limite, o aprofundamento das desigualdades, reforçando a leitura de eurocentrismo diante da porção espacial latino-americana.

Adicionalmente ao antes exposto, Prebisch (2000) desenvolve a chamada teoria da deterioração dos termos de troca, onde o autor mostra haver diferenças pronunciadas entre países centrais e periféricos no que toca ao dinamismo econômico, estabelecendo nações desenvolvidas industrializadas vis-à-vis outras com características “subdesenvolvidas”, descrevendo forte assimetria mundial imputada aos modelos de desenvolvimento aqui sumarizados.

O autor antes mencionado traz como explicação latente acerca do quadro de diferenciação entre países centrais e periféricos, na verdade, o fato de que os primeiros exportam produtos industrializados e importam itens de primeiras necessidades, opostamente, os segundos são vocacionados ao plano de produção ligado ao setor agrícola, exportando produtos com baixo valor agregado e importando bens de capital e mais avançados tecnologicamente, convergindo a alguns apontamentos teóricos alcançados por Medeiros e Serrano (2001), bem como Lima e Silva (2017).

De modo mais claro, os trabalhos anteriormente assinalados demonstram que a diferenciação entre países diz respeito aos níveis de desenvolvimento das chamadas forças produtivas, onde as nações centrais do globo apresentam padrões tecnológicos expressivamente destacados diante das áreas emergentes mundialmente, correspondendo à compreensão conceitual enfatizada na leitura do modelo da deterioração dos termos de troca.

É relevante assinalar, via de regra, que Prebisch (2000) defende uma política de estímulo ao processo de industrialização nacional, procurando gerar internamente bens passíveis do atendimento das demandas endógenas ao país e, consequentemente, indo na contramão de um mundo globalizado e alargador das assimetrias internacionais, em conformidade com a leitura de Mignolo (2005).

Silva (2021), flagrantemente, esclarece que há na literatura um autor bastante importante consistente com Gunnar Myrdal, o qual apresenta inúmeros conceitos significativos e dignos de ressalva, a exemplo da ideia de desintegração internacional demarcando países ricos e pobres, além da chamada hipótese da causação circular e acumulativa, onde as diferenças entre as nações tenderiam a se ampliar ao longo do tempo, problematizando o princípio do equilíbrio.

O autor antes mencionado ainda admite, via de regra, que Myrdal ao desenvolver a denominada hipótese da causação circular e acumulativa verifica ocorrer nos Estados Unidos da América um processo de segregação racial entre negros e brancos, onde o racismo assinalado

pelo clássico demonstra haver uma ampliação das diferenças de brancos e negros que reforça o caráter racista aqui enfatizado como processo cumulativo.

Ressalte-se que os aspectos econômicos ainda resguardam um problema mais pronunciado, quer dizer, Silva (2017) discute sumariamente o comportamento dos capitais financeiros, onde realça existir forte volatilidade do denominado capital de curto prazo e que afeta profundamente as contas nacionais, deixando países periféricos reféns do centro econômico global, sendo plausível haver o conhecido controle de capitais procedente da percepção keynesiana.

A prerrogativa precedente traz, a rigor, uma preocupação em garantir mínima autonomia nacional dada a fragilidade da periferia mundial diante da instabilidade financeira, cuja particularidade repousa na tentativa de minorar os efeitos financeiros e ampliar a produção nacional, fortalecendo o quadro das especificidades de cada nação, economicamente, socialmente e politicamente, daí a exposição deste quadro analítico que viabiliza convergir Minsky (1986) e Mignolo (2005).

Portanto, os elementos teóricos antes apontados carecem de uma mais adequada sistematização a fim da construção de uma síntese, isto é, os traços conceituais recuperados permitem lançar mão de limites presentes nas literaturas sociológicas e econômicas, cuja expectativa preconiza suscitar um esboço analítico acerca da vinculação dos seguintes aportes, a saber: colonialidade do poder, saber, ser e de gênero diante da deterioração dos termos de troca e desintegração internacional combinada com a causação circular e acumulativa.

Com efeito, a hipótese deste artigo sustenta que as perspectivas teóricas de colonialidades de poder, saber, ser e gênero permitem vincular seus contornos ao previsto nos traços apresentados pelo modelo da deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa conjuntamente à desintegração internacional, demonstrando que os fatos culturais revelam explicitações não desprezíveis no sentido de garantir a reprodução das assimetrias mundialmente.

O objetivo do trabalho procura examinar, sumariamente, a possibilidade de síntese e construção de um esboço de modelo de análise marcado pela associação dos conceitos de colonialidades de poder, saber, ser e gênero e as ideias da deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa ligada à desintegração internacional.

Metodologicamente, trata-se de um estudo explicativo e com pretensões de formulação de um modelo analítico preliminar combinando teorias bastante dissipares, mostrando, todavia, traços suficientemente capazes do estabelecimento de ligações comuns e passíveis da pretensão aqui circunscrita.

Em suma, este artigo se encontra dividido em mais 4 itens além da introdução. A seguir são discutidos os aspectos da ideia de colonialidades de poder/saber/ser e gênero; posteriormente, é pretensão apresentar contornos acerca das teorias da deterioração dos termos de troca e hipótese da causação circular e acumulativa em convergência à desintegração internacional; na sequência é preocupação explicitar um desenho preliminar de um modelo de análise, resguardando à última seção o desenho das considerações finais.

2 COLONIALIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS CAPITALISTAS

Este tópico tem a prerrogativa de discutir, ainda que de forma bastante sintética, aspectos sobre o conceito de colonialidade ligado ao poder, saber, ser e gênero, adicionalmente, uma questão decorrente trata de certos desdobramentos culturais em uma perspectiva de difusão mundialmente, gerando ampliação no processo de imposição das culturas mais fortes diante das menos favorecidas, combinando tais nuances ao terreno econômico que se robustece pelo fenômeno da globalização.

Quijano (2005), por sua vez, prescruta nuances envoltas nas relações de dominação raciais, isto é, os povos europeus conquistadores da porção americana do globo passam a exercer sua imposição cultural, estabelecendo modificações profundas imputadas aos habitantes nativos da região, reproduzindo elementos exploratórios sintomaticamente importantes, compatibilizando aos cenários de exploração/expropriação do capital diante do trabalho.

O autor supracitado sugere haver, via de regra, uma perspectiva de colonialidade marcada pelo monopólio do conhecimento e utilização da força física, subordinando os povos nativos a ofertarem sua força de trabalho na modalidade não paga, em outras palavras, os indígenas passam a desenvolver atividades forçadas na condição de servos, dizimando parcela substancial da população, excedendo aos elementos caracterizados pela transmissão de doenças e/ou pelo uso da força física carregada de sentido da letalidade propriamente dita.

Reforce-se, categoricamente, que o domínio do conhecimento e força física observados no momento da colonização é reproduzido na atualidade, ou seja, a percepção de monopólio do saber europeu e a capacidade bélica atribuída aos países centrais, peculiarmente aos membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) transmite realces de vigor decolonial não desprezível.

Quijano (2005), peculiarmente, deixa transparecer que as diferenças raciais demarcam como realces de relevância interculturais a possibilidade dos principais cargos nas colônias serem transmitidos a porções de lideranças locais já existentes, favorecendo a poucos agentes nativos e reservando aos demais trabalhos forçados, além do alijamento das mulheres a condições ainda mais subalternas, legitimando um modelo historicamente constituído desde o período colonial.

A legitimidade antes apontada realça traços não desprezíveis, quer dizer, o autor em tela permite observar que o contexto mundial posterior a II Guerra Mundial viabiliza nuances de uma notável separação global, de um lado países desenvolvidos (predominantemente brancos) vis-à-vis nações “subdesenvolvidas” (de predomínio dos não brancos), reforçando cenários não negligenciáveis ao contexto aqui considerado e compatível às explicitações contidas nos escritos de Gunnar Myrdal recuperadas por Silva (2021).

Quijano (2005) traz como contribuição *sui generis* a esta pesquisa, dentre outros, aspectos segregadores de europeus e não europeus, ocidente vis-à-vis oriente, detentores do poder científico em oposição aos míticos nativos, imaginário do homem branco superior aos demais povos reconhecidos como subalternos, sistematizando características notáveis de dominação europeia diante dos latino-americanos de forma mais representativa.

Antes, porém, uma percepção teórica ainda se faz necessária, ou seja, Lugones (2020) passa a dialogar com Quijano (2005), onde ambos procuram observar nuances associadas ao

processo de colonialidade do ser no sentido da configuração de relações binárias, dicotômicas e hierárquicas, sistematizando em um contexto interseccional constatado no âmbito social de áreas como o Brasil.

Ressalte-se, via de regra, que a colonialidade do ser reproduz nuances de sinalização onde o homem branco e heterossexual exerce seu domínio diante das demais categorias étnicas e gênero. Logo, as condições observadas para mulheres não brancas alcançam patamares contundentemente desfavoráveis, demonstrando a soberania do homem sobre a mulher, do branco sobre o não branco e dos heterossexuais vis-à-vis homossexuais.

É importante mencionar, a rigor, que este cenário de interseccionalidade repercute nas demais dimensões da vida, denotando, na leitura de Lugones (2020), a existência de desumanidades procedentes deste cenário destoante de Quijano (2005), em que se possibilita alicerçar a admissibilidade dos fatores biológicos como determinantes dos gêneros.

Um aspecto de notável importância decorre de Appadurai (1999) e Mignolo (2005), os quais consideram o fenômeno da globalização como fator sumamente significativo a fim de colocar em contato diversas culturas fundamentalmente diferentes, quer dizer, a celeridade tecnológica, financeira, ideológica, midiática e étnica apontadas por Appadurai (1999) reforça, tendencialmente, um movimento eurocêntrico iniciado desde as origens das chamadas grandes navegações dos séculos XV e XVI.

O exposto é emblemático, pois a colonialidade do ser e gênero discutida nos estudos de Quijano (2005) e Lugones (2020) sublinha haver meios de transmissão da figura do "homem ideal" antes descrito em seu fenótipo como o marco de superioridade capaz de impor aos demais povos uma subordinação estendida nas diversas dimensões da vida, economicamente, socialmente, etnicamente, politicamente, etc.

Para tanto, um argumento teórico se faz necessário, a saber: a hipótese da causação circular e acumulativa. Myrdal (1960) esclarece que a enfatizada suposição diz respeito ao fato de que os distintos fenômenos sociais tendem a uma ampliação cumulativa em termos do alargamento das assimetrias, ricos e pobres, inteligentes e não inteligentes, educados e não educados, fortes e fracos, dentre outros.

Myrdal (1965), por sua vez, apresenta como uma evidência empírica realces comportamentais dos grupos sociais norte-americanos, onde brancos e negros exprimem padrões dissipares de consumo, níveis de limpeza e sujeira, disciplina e indisciplina, costumes mais ou menos aceitáveis socialmente, dentre outros, demonstrando características de dominação do homem branco diante dos não brancos, fortalecendo assimetrias já destacadas em Quijano (2005) e Lugones (2020).

O argumento conceitual prévio é sintomático, em outras palavras, a percepção de Gunnar Myrdal encontra substância na leitura binária resgatada no trabalho de Lugones (2020). Entretanto, a dicotomia não expressa tão somente uma visão biológica e sim uma conotação contrária e cumulativamente alargadora das diferenças, acrescentando ao modelo analítico traços complementares não desprezíveis e passíveis de explicitar uma contribuição a ser verificada na seção 4 deste artigo.

3 NOTAS SOBRE A DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA E CAUSAÇÃO CIRCULAR E ACUMULATIVA

Esta seção procura discutir, sumariamente, um par conceitual relacionado à ideia de deterioração dos termos de troca em uma perspectiva internacional e seus desdobramentos acumulativos e desintegradores, constituindo no complemento com o anteriormente desenvolvido e que deve lançar as bases centrais ao modelo pretendido por ocasião da construção desta pesquisa de cunho exclusivamente teórico.

Inicialmente, Prebisch (2000) ressalta que o mundo é constituído por países centrais e periféricos particularmente, onde os primeiros são desenvolvidos e industrializados, importadores de produtos ligados ao setor primário e exportadores de itens com elevado valor agregado (alta elasticidade renda das exportações).

O hiato econômico se dá, fundamentalmente, na leitura do autor supracitado na alternativa periférica marcada pela reunião de países não desenvolvidos, substancialmente envoltos em características exportadoras de bens primários e importadores de itens industrializados, demarcando uma flagrante diferenciação mundialmente.

Moreira (2012), via de regra, ressalta haver uma relação bastante relevante decorrente das diferenças internacionais, a qual se refere ao fato de que países desenvolvidos apresentam escala de produção mais alta comparativamente a porções periféricas, de maneira que os preços internacionais, relativamente, são mais competitivos e, portanto, geram ganhos de escala das nações ricas vis-à-vis pobres.

O posicionamento teórico anterior, na verdade, remonta haver uma percepção de hiato internacional procedente da produtividade dos fatores de produção (capital, terra e trabalho), onde as relações globais mostram forte tendência a uma explicação da diferenciação meramente econômica, ou ainda um aspecto simplesmente marcado pelo sistema de preços enquanto detentor do poder em gerar e alargar as distinções, cuja reversibilidade pode ser proveniente, tão somente, do aumento de produtividade dos fatores de produção.

Silva (2021), contrariamente, procura demonstrar que o quadro anterior capaz de reverter desigualdades internacionalmente é produto, fundamentalmente, das forças de mercado. Nesse sentido, o autor supracitado revela que a prerrogativa da teoria da deterioração dos termos de troca perpassa pela intervenção mais efetiva do setor público, onde as políticas de governo devem circunscrever traços protecionistas, a exemplo das taxas múltiplas de câmbio, seleção de itens para importação, estímulo ao crescimento industrial nacional, constituindo no modelo desenvolvimentista tão representativo no Brasil entre as décadas de 1930 e 1980, conforme contribuições de Medeiros e Serrano (2001) e Cano (2017).

Os trabalhos previamente apontados sinalizam coexistir uma tendencial relação das transações correntes e o ritmo da atividade econômica, ou seja, caso as exportações excedam as importações, a economia deve crescer em virtude da demanda externa, além do quadro favorável proveniente da industrialização interna estimulada pela demanda nacional pelos produtos fabricados domesticamente.

Entretanto, Lima e Silva (2017) demonstram que há uma condição teórica fundamental explicativa para o funcionamento das políticas cambiais enquanto medidas protecionistas, a exemplo da condição de Marshall Lerner que considera a taxa de câmbio real procedente da taxa cambial nominal descontada a inflação vigente.

A satisfação da premissa anterior ocorre quando a taxa de câmbio real deprecia/desvaloriza no sentido de aumentar a quantidade de unidades de moeda nacional para comprar uma unidade de moeda de curso internacional (equivalente geral capaz de propiciar trocas internacionalmente), cujo resultado esperado é o incremento de exportações e diminuição de importações, havendo uma reversão do quadro com a apreciação/valorização cambial consistente com efeitos contrários ao antes apontado.

Assim, a premissa da condição de Marshall Lerner preconiza haver uma tendência da taxa de câmbio em orientar os movimentos de fluxos de bens e serviços entre os países, de sorte que aquelas nações periféricas para obterem ganhos de desenvolvimento economicamente, a rigor, dependem da atuação estatal na condução da política econômica via câmbio a fim de conservar as transações correntes superavitárias, estimular o crescimento industrial doméstico, elevar a elasticidade renda das exportações (itens exportados com maior conteúdo tecnológico), gerar efeitos de ganhos de renda por parte dos agentes econômicos privados (empresas e famílias).

Adicionalmente, Minsky (1986), o qual assistido teoricamente por Carvalho *et al*. (2024), exprime existir a denominada hipótese da instabilidade financeira marcada, fundamentalmente, pela ideia de mudança comportamental (comportamento de manada) em que os agentes modificam suas decisões financeiras de acordo com as tendências de prosperidade vis-à-vis crise no sistema capitalista, geralmente provenientes de aspectos não econômicos.

Uma explicitação plausível procede, via de regra, da existência de ciclos financeiros sucessivos, onde na prosperidade há uma tendência dos agentes aumentarem a aquisição de ativos financeiros como ações, revertendo o quadro nos momentos de crise, cujo reflexo proporciona vendas mais vultosas de ativos financeiros a fim da elevação da liquidez através de meios monetários, conforme apontam Lourenço (2006) e Silva e Moura (2023).

Faz-se necessário recordar, a partir da leitura de Ferreira, Silva e Souza (2019), que o câmbio varia em função do volume mais ou menos elevado das chamadas divisas internacionais, quer dizer, no momento de prosperidade destacado por Silva (2017) há um ingresso significativo de capitais financeiros que apreciam/valorizam a taxa de câmbio, havendo efeito invertido na crise mediante a fuga de capitais impondo a moeda nacional uma depreciação/desvalorização frente à moeda rotulada como conversível mundialmente.

Assim, esses elementos demonstram, a rigor, que a economia capitalista defendida por Prebisch (2000) se depara com perspectivas bastante representativas, isto é, as diferenças entre países desenvolvidos e não desenvolvidos, provavelmente, demandam mais elementos analíticos além do debate acerca da taxa de câmbio como promotora dos impulsos desenvolvimentistas, segundo traços de Bresser-Pereira (2020).

Para tanto, uma leitura eurocêntrica perpassa pela compreensão das destacadas percepções de Gunnar Myrdal apresentadas por Silva (2021), ou seja, o autor supracitado recupera do teórico um olhar marcado pelas perspectivas culturais europeias no sentido de alargamento das diferenças entre países ricos e pobres, cujo realce denota haver uma desintegração internacional suficientemente elevada ao nível de um tendencial movimento assimétrico cumulativamente, conforme destaques de Myrdal (1967).

Silva, Machado e Ferreira (2021) combinam os modelos explicativos de Myrdal e Max Weber na admissibilidade do protestantismo europeu, em outras palavras, os autores clássicos

mencionados sustentam que o calvinismo mais precisamente infunde, provavelmente, um comportamento acumulador capitalista circunscrito na doutrina da predestinação decorrente da lógica religiosa antes enfatizada, ampliando as diferenças gradualmente, a partir da hipótese teórica de causação circular e acumulativa já destacada no trabalho.

Portanto, a vinculação da hipótese da causação circular e acumulativa e a prerrogativa da deterioração dos termos de troca sinaliza, precisamente, uma condição de existência de diferenças regionais mundo a fora e, consequentemente, uma tendencial ampliação das assimetrias, não se resumindo ao quadro econômico decorrente da leitura cepalina. Entretanto, a combinação conceitual deve revelar traços relevantes e passíveis de aplicabilidade em países regionalmente distintos como o Brasil.

Em suma, a combinação teórica precedente requer a inclusão, categoricamente, da perspectiva financeira internacional na condição de fator preponderante para o alargamento substancial das áreas economicamente dissipares, de maneira que o fortalecimento das desigualdades provoca a conservação dos traços eurocêntricos diante do quadro periférico, sendo de bom alvitre tecer contornos acerca do esboço analítico envolto no modelo aqui pretendido e que se encontra discutido a seguir.

4 NOTAS ANALÍTICAS DA RELAÇÃO DA DECOLONIALIDADE E ASSIMETRIA ECONÔMICA INTERNACIONAL

Este item almeja discorrer, ainda que brevemente, acerca da tentativa de sistematizar uma explicação conceitual procedente da existência na literatura da ideia de colonialidade do poder, saber, ser e gênero, além das forças de mercado alargadoras das diferenças econômicas mundialmente, apoiando a construção a partir de diversos atributos teóricos já enfatizados anteriormente no trabalho e que devem ser articulados a partir de agora.

Quijano (2005), de acordo com as nuances revisitadas no artigo em curso, a rigor, demonstra haver um domínio do conhecimento e força física do europeu diante das diferentes regiões do globo, cuja globalização apontada por Mignolo (2005) reforça a tendência de ampliação das assimetrias entre países, convergindo aos aspectos extraídos de Myrdal explicitados no estudo teórico de Silva (2021).

Com quanto, os realces anteriores sinalizam coexistir traços esclarecedores do fortalecimento das distinções da economia capitalista em escala internacional, onde o sistema financeiro descrito nos trabalhos de Silva (2017) e Silva e Moura (2023) ressaltam elementos cruciais no processo de causação circular e desintegração internacional sustentados nas leituras de Myrdal (1960; 1967).

De fato, a perspectiva da hipótese da instabilidade financeira de Minsky discutida por Lourenço (2006) e Carvalho *et al.* (2024), via de regra, remonta haver uma condição de cíclicas instabilidades econômicas mundialmente, pois no momento que há turbulências internacionais os agentes se deparam com um ambiente bastante incerto, exigindo tomadas de decisão marcadas pela busca da redução dos vieses implausíveis no sentido das perdas financeiras, implicando na migração dos capitais das zonas periféricas ao eixo econômico central.

Dito melhor, Minsky (1986) aponta que a característica cíclica da economia capitalista se relaciona com as diferentes fases, onde o momento próspero revela busca dos agentes em

demandar ativos financeiros e diminuir a liquidez na forma de moeda, havendo uma reversão nos instantes de crise no sentido da venda dos ativos financeiros e procurando liquidez imediata, impactando dramaticamente no sistema financeiro, a exemplo da grave instabilidade global em 2008.

Com efeito, Silva, Souza e Ferreira (2023) atestam existir a denominada teoria institucionalista, dentre as vertentes integrantes, há a escola da Nova Economia Institucional (NEI) que é o *mainstrean* econômico institucionalista, tendo por seu principal expoente Douglass North, cuja sistemática constante no modelo de análise perpassa pela consideração de instituições formais (leis escritas) e informais (valores, cultura, costumes, dentre outros), sinalizando ocorrer um parâmetro deveras impertinente: a instabilidade financeira capitalista previamente mencionada.

O realce anterior preconiza, necessariamente, a presença de agentes que decidem valorizar seus capitais através das taxas de juros espalhadas pelo sistema econômico mundo a fora, de maneira que tais escolhas procedem do quadro institucional mais ou menos robusto (instituições maduras), aspectos culturais do país (maior tendência à credibilidade dos Governos), além do *habitus*, na leitura de Bourdieu (2009), que delimita as experiências acumuladas ao longo do tempo.

Portanto, os apontamentos sublinham que o sistema capitalista alcança padrões comportamentais muito mais amplos que a mera percepção da teoria da deterioração dos termos de troca, ou ainda notas analíticas de um tendencial equilíbrio macroeconômico de longo prazo mundialmente, cujos preços proporcionam ajustes capazes de trazer ao ótimo paretiano todas as variáveis examinadas, a exemplo dos padrões de desenvolvimento entre países ricos e pobres, de acordo com alguns apontamentos teóricos procedentes da síntese resgatada por Silva (2021).

Admitindo um sentido diverso, a rigor, a perspectiva da colonialidade e seus desdobramentos antes discutidos circunscrevem um cenário bastante *sui generis*, quer dizer, os traços de dominação eurocêntrica abrem novos flancos analíticos, pois o processo de movimentação dos capitais pode alterar até a estrutura produtiva e, consequentemente cultural, demarcando quadros de relacionamento econômico e social procedentes das mudanças globais.

A explicitação do antes postado é emblemática, ou seja, Carneiro (2002) mostra que o Brasil e os países periféricos, em particular a América Latina, apresentam índices de endividamento interno e externo expressivos, impactando em um forte processo de privatizações e ajustes mediante a abertura econômica, permitindo retrocessos produtivos da ordem de uma "especialização regressiva", fortalecendo os laços de ampliação das desigualdades econômicas e culturais internacionalmente e de forma cumulativa.

Ressalte-se, via de regra, que Silva (2009) assume uma característica teórica crucial ao entendimento deste processo alargador das distinções internacionalmente, a saber: a hipótese da teoria Novo-Clássica associada cláusula "como se". Klamer (1988), necessariamente, mostra que os agentes devem se comportar em uma perspectiva de previsibilidade onde os Governos apenas surpreendem os agentes quando tomam decisões inesperadas, perdendo a denominada credibilidade decorrente desse eventual comportamento.

O aspecto anterior é emblemático no sentido da importância do fator ser "crível", quer dizer, os países considerados desenvolvidos possuem instituições mais maduras (regras com maior credibilidade), onde o resultado prático gera aceitação nos discursos dos líderes e, evidentemente, inibição em cenários de turbulência a partir de contornos especulativos a fim de

não haver maiores fugas de capitais com repercussões nas contas externas e internas consequentemente, afetando o ambiente macroeconômico de maneira menos contundente.

Silva (2022), Silva, Souza e Ferreira (2023) e Silva e Moura (2023) sustentam os termos antes mencionados e, por conseguinte, possibilitam haver um mergulho em circunscrições decoloniais, onde as relações de dominação e subserviência entre países, via de regra, deixa lacunas bastante sintomáticas passíveis da admissibilidade dos contornos teóricos tão pronunciados aqui assumidos, a exemplo da colonialidade do poder, saber, ser e gênero.

De forma mais clara, os desdobramentos decoloniais possibilitam evidenciar nuances bastante sintomáticas, ou seja, as distinções econômicas apresentam fragilidades analíticas importantes na medida que se exclui da análise atributos vinculados ao poder, saber, ser e gênero destacados por Quijano (2005) e Lugones (2020).

Os autores deixam transparecer a ideia de Quijano na leitura do poder, tanto na perspectiva da força física como no terreno do conhecimento, de sorte que a ligação aqui assumida traz, via de regra, uma questão procedente da percepção de credibilidade, onde os capitais financeiros olham para a estrutura não apenas econômica, mas para contornos instáveis politicamente, socialmente e culturalmente, daí aceitar haver tendências decoloniais no sentido da compreensão de incapacidade administrativa dos Estados periféricos.

Acrescente-se, oportunamente, que a questão financeira em escala global encontra algumas intersecções teóricas, isto é, Minsky (1986), Appadurai (1999) e Mignolo (2005) suscitam uma percepção importante, em que os capitais supranacionais migram entre os vários países do mundo buscando maior rentabilidade, cujos reflexos neste terreno globocêntrico sustentam uma forte dependência da periferia diante das decisões do centro econômico mundial.

Entretanto, as nuances prévias ressaltam haver notáveis sobressaltos mediante o denominado panorama financeiro mundial apontado por Appadurai (1999), onde a articulação traduz haver o trânsito cultural no qual a cultura eurocêntrica se destaca, impondo aos povos periféricos, especialmente uma prerrogativa do seguinte arcabouço étnico racial, a saber: as diferenças de credibilidade a fim da garantia da estabilidade econômica.

Afinal, o corolário antes exposto esmiúça, categoricamente, que os capitais financeiros em particular, ou mesmo os produtivos somente investem nas modalidades enfatizadas a partir de garantias institucionais mais sólidas, peculiarmente devido a uma trajetória histórica marcada por nuances sintomáticas de frágeis administrações políticas e econômicas, convergindo a um modelo de particularismo próprio de áreas não desenvolvidas, segundo contribuições de Silva e Ferreira (2021).

Os autores supracitados trazem a esta reflexão, na verdade, nuances conceituais de Sérgio Buarque de Holanda procedentes do clássico “Raízes do Brasil”, cujos destaques mostram flagrantes elementos de reduzida credibilidade decorrente de um particularismo e indolência laboral dos agentes brasileiros, sendo um fator não desprezível constante no Brasil enquanto nação representativa na porção periférica do mundo.

Adicionalmente e, com reverberações ainda mais contundentes, nota-se ser decorrente da assimetria dos acessos financeiros demarcadores de áreas racialmente diferentes, onde os brancos europeus e anglo-saxônicos revelam dominação diante dos demais povos, sinalizando coexistir uma relação racial e da propriedade dos capitais (financeiros ou não), compatibilizando com nuances teóricas advindas de Myrdal (1965) e Carneiro (2002).

Em resumo, os autores sustentam que os capitais direcionados à porção latino-americana são de cunho financeiro e, consequentemente, fortemente voláteis, os quais demonstram a desintegração internacional e, consequentemente, a persistência de um processo acumulativo alargador das diferenças, não sendo casual europeus e anglo-saxônicos proprietários dos meios financeiros e decisores do quadro econômico mundial.

O até então apontado, na recuperação teórica de Silva, Machado e Ferreira (2021), apoia-se em Gunnar Myrdal quando esse atribui ao ritmo econômico diferenciado e, cumulativamente ampliado os padrões culturais protestantes de espírito empreendedor, acentuando coexistirem tais origens diferenciadas, sendo plausível convergir Myrdal e Quijano na prerrogativa do poder e ser decoloniais.

Em suma, os autores permitem a extração da seguinte conclusão: o processo cumulativo e que é alargador das diferenças mundialmente, na verdade, sustenta que os elementos eurocêntricos introjetam no imaginário dos nativos periféricos arcabouços culturais profundamente destoantes dos costumes locais, havendo uma imposição cultural entendida como mais adequada (relação de subordinação), a partir da leitura complementar de Appadurai (1999).

Adicionalmente ao processo antes ressaltado, a causação circular e acumulativa de Myrdal requer um esclarecimento da ampliação das assimetrias internacionais, a rigor, a própria percepção de Appadurai (1999) ao considerar os diversos panoramas ligados às finanças, ideologia, mídia, etnia e o progresso tecnológico constituintes do seu modelo demanda um passo teórico sustentador, a saber: o conceito de destruição criativa de Schumpeter (1961).

O autor supracitado circunscreve, necessariamente, a ideia de que os agentes convivem com ciclos de vida de produtos e tecnologias, cuja preocupação é continuamente substituir técnicas já anacrônicas por outras mais avançadas, de sorte que a destruição criativa é o incentivo sistêmico capitalista a fim de elevar o grau da produtividade dos fatores apoiado na sucessão de inovações tecnológicas.

O conceito apontado descreve, categoricamente, que países mais desenvolvidos são dotados de panoramas, na leitura de Appadurai (1999), marcados pelo forte incremento de técnicas modernas e melhores comparativamente ao vislumbrado na periferia, convergindo às hipóteses formuladas pela deterioração dos termos de troca apresentadas por Prebisch (2000).

Portanto, outra conclusão significativa no artigo decorre, necessariamente, da combinação teórica de Myrdal, Prebisch, Schumpeter, Appadurai e Quijano, pois esse último ao suscitar a ideia de colonialidade do saber permite que o conhecimento científico propagado na perspectiva eurocêntrica reproduza nuances periféricas bastante representativas, pois além da diferenciação cabal científica entre europeus e latino-americanos, bem como o espírito empreendedor já mencionado, há a incorporação cultural de demandas por inovações tecnológicas importadas dos centros decisórios internacionais.

De forma mais clara, o processo substitutivo de importações defendido fortemente pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) pretende estimular o crescimento industrial dos países periféricos, ou seja, o aumento da produção em torno da indústria prever a importação de recursos de capital para semelhante finalidade, não se constituindo em políticas de Estado mais abrangentes no sentido de elevar o desenvolvimento inovativo tecnológico e, fundamentalmente, reduzir as disparidades internacionais mediante a formulação de políticas econômicas nacionalistas.

Assim, torna-se cabível destacar, via de regra, a relação entre a colonialidade do ser e as dinâmicas culturais peculiares latino-americanas, cuja preocupação procede da tentativa de descrever, a partir da relação da colonialidade do ser e alguns conceitos sociológicos brasileiros uma aproximação conceitual não desprezível, a saber: a subordinação cultural latino-americana devido ao forte particularismo social e pronunciada indolência laboral.

Para tanto, Silva e Ferreira (2021) realizam esquema analítico de não negligenciável significado, isto é, os autores resgatam em Sérgio Buarque de Holanda determinados atributos explicativos decorrentes do modo comportamental do brasileiro, o qual é indolente dotado do chamado "espírito aventureiro", cuja circunscrição demonstra reduzida capacidade laboral comparativamente ao homem europeu, traçando uma dicotomia: homens brancos proativos vis-à-vis homens nativos com reduzida produtividade.

O antes explicitado viabiliza, categoricamente, que a perspectiva cultural no Brasil e que pode ser adaptada para zona periférica (ao menos na compreensão do autor deste artigo) remonta, peculiarmente, um viés de pessoalismo como caso *sui generis*, pois Quijano (2005) ao resgatar traços de dominação do homem branco diante do nativo, o que pode ser problematizado procede das características ainda hoje indolentes, particularistas e fortemente dependentes do Estado para fomentar o desenvolvimento nacional, sendo flagrante os traços diferenciadores sintetizados nestas literaturas.

Afinal, outra conclusão relevante descreve que a colonialidade do ser sugere realces eurocêntricos capazes de ofertar padrões culturais supostamente mais adequados, a exemplo da maior produtividade laboral, perspectiva empreendedoras fundamentalmente, garantias institucionais maduras com reflexos mais críveis para os capitais aplicarem financeiramente ou investirem produtivamente.

Resta destacar, via de regra, a prerrogativa da colonialidade de gênero, onde Lugones (2020) problematiza Quijano (2005) acerca da perspectiva biológica de gênero dessa última leitura, de sorte que a inclusão de mulheres, negros e pessoas com diversidades na orientação sexual destoante da heterossexualidade remontam alguns pontos sintomáticos e que reforçam o até então exposto.

Com quanto, Ferreira, Silva e Medeiros (2022) realizam teste empírico acerca da discriminação salarial no estado da Bahia e a capital soteropolitana em 2017, cujos autores lançando mão de um procedimento metodológico quantitativo mensuram existir notável assimetria nos espaços geográficos mencionados, ressaltando persistir diferenças salariais entre brancos e não brancos, homens e mulheres, apenas constatando certa variação nas mulheres brancas que apresentam ganhos salariais melhores aos homens não brancos.

O caso apontado é emblemático, quer dizer, as perspectivas raciais e de gênero encontram no exemplo empírico enfatizado a conservação da dominação racial de gênero, sendo pertinente assumir como hipótese: a colonialidade de gênero revela a continuidade das distinções, remontando uma espécie de construção analítica *sui generis* aqui proposta.

Portanto, a colonialidade do poder, saber, ser e gênero encontram apontamentos sumarizados como se segue diante da literatura em diálogo vinculada ao quadro acumulativo e desintegrador mundialmente:

i. A origem do domínio capitalista a partir de meados do século XIX e ampliação durante o século subsequente procede de gêneses religiosas fundamentadas no protestantismo, a partir da compreensão aqui presente.

ii. Uma vez havendo a dominação econômica originada culturalmente, a rigor, a globalização reforça incalculavelmente as diferenças econômicas mundiais, ampliando cumulativamente as distâncias entre países ricos e pobres.

iii. A financeirização produz um ambiente internacional desintegrado e com um grau de vulnerabilidade periférica muito superior ao quadro circunscrito no Processo de Substituição de Importações (PSI) vislumbrado até meados do século XX, havendo uma tendência a insuficiência da política econômica (especialmente cambial) para reversão do quadro cumulativamente assimétrico entre países.

iv. A perspectiva econômica torna ainda mais flagrante o cenário decolonial ligado ao poder, pois nações mais desenvolvidas passam a exercer maior influência nas decisões que repercutem mundialmente, a exemplo da definição das taxas de juros nos Estados Unidos e Zona do Euro, implicando em notáveis impactos macroeconômicos pelas instabilidades financeiras por tais aspectos provocados, atendendo aos anseios do capital presente nos centros decisórios globais.

v. Acerca da colonialidade do saber há, via de regra, uma tendência cumulativa de que países desenvolvidos (europeus ou anglo-saxônicos) possuam a posse do conhecimento tecnológico, onde a anacronia periférica marcada pela perda de volumes industriais no sentido dos processos decisórios, provavelmente podem ter fugido dos países latino-americanos (por exemplo) devido às privatizações (transferência do centro decisório para os países ricos) que tendem a aumentar as desigualdades internacionais, ampliando a causação circular e acumulativa.

vi. A colonialidade do ser remonta, por sua vez, sintomáticas prerrogativas do desejo pelo homem ideal, pois mesmo diante de um contexto de notável avanço do bojo das questões de gênero e raça (ainda iniciais), o que salta aos olhos procede do consumo da população periférica aspirar bens com maior elasticidade renda das exportações, ou seja, o consumo conspícuo apontado por Veblen (1988) denota reproduzir nas áreas não desenvolvidas traços culturais eurocêntricos no sentido dos agentes buscarem consumir itens tecnologicamente mais avançados, repercutindo em nuances intrarregionais equiparáveis ao quadro internacional.

vii. Finalmente, a colonialidade de gênero revela a conservação do modelo patriarcal dominante do homem branco europeu, incutindo no imaginário periférico a reprodução ainda atual das nuances provenientes da fase colonial subsequente às grandes navegações dos séculos XV e XVI, explicitando a relevância da prerrogativa aqui salientada.

Afinal, os traços aqui sumarizados circunscrevem esforços reflexivos que tomam literaturas bastante distintas e procura estabelecer relações conceituais de forma particular, onde o esboço analítico aqui pretendido permite o alcance da aceitação da hipótese do estudo, pois as expectativas quanto aos contornos econômicos internacionais e as prerrogativas culturais combinadas sustentam uma não negligenciável vinculação ao conceito de decolonialidade nas suas diversas dimensões, suscitando alguns esclarecimentos derradeiros na seção seguinte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento deste artigo, o qual teve como objetivo a preocupação em analisar, via tentativa de síntese teórica, a articulação conceitual entre os aportes colonialidade

de poder, saber, ser e gênero diante dos aspectos ligados à deterioração dos termos de troca e causação circular e acumulativa associada à desintegração internacional, constituindo em nuances bastante interessantes no sentido do esboço de um modelo de análise preliminar a partir desta complementariedade teórica.

Assim, uma primeira questão trouxe a relação internacional desintegrada e ampliada cumulativamente, onde os europeus apresentaram traços de superioridade frente aos demais povos, especialmente os nativos colonizados desde meados dos séculos XV e XVI. Logo, o caráter eurocêntrico ganhou ares de diferenciação no momento que o caráter religioso calvinista incutiu o aspecto da aceitação da riqueza como graça divina, suscitando o espírito empreendedor capitalista.

Os fundamentos originários nas leituras de autores como Max Weber e Gunnar Myrdal revelaram, necessariamente, características de prolongamento da análise de diferenças globais, cuja teoria da deterioração dos termos de troca circunscreveu haver países centrais (ricos) vis-à-vis periféricos (pobres), sendo pertinente defender políticas econômicas manifestas no câmbio como medidas plausíveis para tentativa de redução das distinções internacionalmente.

Entrementes, a vulnerabilidade externa mais contundente na zona periférica mundial, a rigor, foi deveras fortalecida pelo profundo aumento no cenário da globalização, onde os capitais financeiros passaram a ser protagonistas e, consequentemente, o rentismo se configurou como eixo principal em detrimento ao terreno produtivo, tornando as áreas mais pobres muito mais reféns do poder emanado do centro econômico capitalista global, além de tornar a eficácia da política econômica (monetária e principalmente cambial) substancialmente menos robusta.

Com efeito, o antes descrito esmiuçou existir uma possibilidade de complementariedade dos referenciais precedentes e a ideia decolonial, em que a colonialidade do poder exerceu um papel de notável importância no sentido de explicar como os decisores internacionais formularam e executaram políticas mundo a fora, afetando a periferia na medida que o movimento dos capitais financeiros tornou a mencionada região mais sensível e, portanto, menos propensa ao ingresso de investimentos privados devido ao acréscimo substancial dos juros domésticos com implicações impertinentes sobre a indústria nacional.

A desaceleração econômica dos países periféricos se vinculou, consequentemente, ao processo de alargamento das assimetrias tecnológicas, de modo que o centro econômico global demonstrou a posse do conhecimento científico e os demais envoltos em progressos técnico/científicos anacrônicos, sistematizando haver razões teóricas esclarecedoras ao quadro tão distinto entre ricos e pobres, sendo um contexto cumulativo no tocante às diferenças apontadas.

No que tange à colonialidade do ser/gênero, observou-se uma dominação do homem branco europeu diante das demais tendências étnicas e uma predominância masculina frente às mulheres, constituindo na consolidação do arcabouço teórico discutido, onde os elementos resgatados nas literaturas distintas permitiram a construção de um esboço analítico das proporções aqui acentuadas.

Finalmente, este artigo descreveu traços sintomáticos acerca de conceitos relevantes na teoria sociológica e econômica, cuja explicitação sinalizou haver pertinência para a proposição de um modelo ainda preliminar, porém, determinados elementos foram devidamente assinalados, sendo plausível para trabalhos futuros acrescentar aspectos não evidenciados no estudo, a exemplo da ampliação da literatura adicionando notas teóricas políticas, sistematizar

traços decorrentes da leitura de política econômica de forma mais detalhada, além da eventual consideração de elementos empíricos capazes de sustentar a hipótese da pesquisa aqui desenvolvida e agora finalizada.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, M. (Org.). **Cultura Global:** nacionalismo, globalização e modernidade. Petrópolis: Vozes. 1999. p. 311-327.

BOURDIEU, P. Os modos de dominação. In: BOURDIEU, P. **O senso prático.** Petrópolis: Vozes, 2009. p. 203-225.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política, n. 111, p. 51-79, 2020.

CANO, W. Brasil: construção e desconstrução do desenvolvimento. **Revista Economia e Sociedade**, v. 26, n. 2 (60), p. 265-302, 2017.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise:** a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE/Unicamp, 2002.

CARVALHO, A. C.; *et al.* Hyman Minsky, Bancos Comerciais e a Governança Global: Entendendo a Regulação Prudencial no Contexto da Fragilidade Financeira. **Revista De Economia Mackenzie**, v. 21, n. 1, p. 244–278, 2024.

FERREIRA, F. D. da S.; SILVA, W. G.; MEDEIROS, E. H. O. de. Discriminação e diferencial de salário por gênero e raça para o estado da Bahia diante da capital Salvador em 2017. **Revista de Economia Mackenzie**, v. 19, n. 1, p. 63–89, 2022.

FERREIRA, F. D. da S; SILVA, W. G; SOUZA, J. A. N. de. Preços macroeconômicos (câmbio e inflação) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no Brasil: uma análise para o período 2011-2018. **Revista Documento e Monumento**, v. 27, n.1, p. 159182, 2019.

KLAMER, A. **Conversas com Economistas:** os novos economistas clássicos e seus opositores falam sobre a atual controvérsia em macroeconomia. São Paulo: Pioneira, 1988.

LIMA, E. P. C. de; SILVA, W. G. Exportações agrícolas em Alagoas e no Rio Grande do Norte e o cenário macroeconômico brasileiro. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 9, n. 4, p. 67-82, 2017.

LOURENÇO, A. L. C. de. O pensamento de Hyman P. Minsky: alterações de percurso e atualidade. **Revista Economia e Sociedade**, v. 15, n. 3 (28), p. 445-474, 2006.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Pensamento feminista hoje:** perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MEDEIROS, C. A.; SERRANO, F. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. A. (Orgs.). **Polarização mundial e crescimento.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MIGNOLO, W. D. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. **Libro:** A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set./2005.

MINSKY, H. **Stabilizing an Unstable Economy.** New Haven: Yale University Press, 1986.

MOREIRA, U. Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 2 (127), p. 213-228, 2012.

MYRDAL, G. **O valor em teoria social.** Editora da Universidade de São Paulo, 1965.

MYRDAL, G. **Perspectivas de uma economia internacional.** Rio de Janeiro: Saga, 1967.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns dos seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta Anos de Pensamento da CEPAL.** Cepal-Record, v. 1. 2000.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, W. G. Economias periféricas e a importância do funcionalismo público: uma discussão para o caso brasileiro. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 11, n. 1, 2022.

SILVA, W. G.; MACHADO, E. P. C. DE L.; FERREIRA, F. D. DA S. **Estado federativo brasileiro e a sustentação econômica via consumo:** a importância do funcionalismo público. Iguatu/CE: QUIPA Editora, 2021.

SILVA, W. G. Estado e políticas públicas na leitura de Gunnar Myrdal: uma análise de suas principais contribuições para análise atual. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 10, n. 2, p. 88-103, 2021.

SILVA, W. G.; SOUZA, J. A. N. de.; FERREIRA, F. D. da S. Finanças públicas municipais revisitadas: uma análise da influência institucional da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) antes e após a crise de 2008. **Revista Foco**, v. 16, n. 1, 2023.

SILVA, W. G. **Finanças públicas na nova ordem constitucional brasileira:** uma análise comportamental dos municípios potiguares nos anos antecedentes e posteriores à Lei de

Responsabilidade Fiscal (LRF). 2009. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2009.

SILVA, W. G.; FERREIRA, F. D. da S. Fundamentos sociológicos brasileiros e o funcionalismo público: uma leitura a partir da obra Raízes do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DO VALE DO AÇU: Crescimento econômico, emprego e reforma trabalhista no Brasil em tempos de pandemia, 2021. Assú/RN. **Anais...**, Brasil, 2021.

SILVA, W. G. **Fundo público e a programação e execução orçamentárias no Rio Grande do Norte:** Uma Análise a Partir do Plano Plurianual 2004/2015. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2017.

SILVA, W. G.; MOURA, J. M. DE. Política econômica no Brasil e finanças públicas estaduais: uma análise comparativa entre Rio Grande do Norte e Paraíba. **Revista de Economia Regional Urbana e do Trabalho**, v. 12, n. 1, p. 06-21, 2023.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa:** Um estudo econômico das instituições. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.